

3 Definição da metodologia

A Pesquisa-ação foi a metodologia escolhida para a realização desta pesquisa, por indicar a participação do autor e a interação de outros atores na produção de conhecimento a cerca do tema pesquisado. O fato de a autora interagir com a comunidade pesquisada, representando a Sub-Secretaria de Relacionamento com o Cidadão, foi determinante para que fosse adotada esta metodologia. Desta forma, tornou-se positiva a influência da autora, que com a metodologia adotada, se municiou de ferramentas e informações para adotar ações pertinentes ao estudo realizado.

Segundo Thiollent (2009), em Metodologia da Pesquisa-ação, pode-se definir a pesquisa-ação como:

"um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativos".
(THIOLLENT, 2009, p.16).

Vergara (2006), considerando a finalidade da utilização desta metodologia a define como:

" um tipo particular de pesquisa participante e de pesquisa aplicada que supõe intervenção participativa na realidade social. Quanto aos fins é, portanto, intervencionista".

Já Hugues Dionne (2007) define a pesquisa-ação como a que associa em uma mesma estratégia de ação atores e pesquisadores com o objetivo de modificar uma certa situação e em uma estratégia de pesquisa para adquirir conhecimento sobre a situação identificada.

Em comum todos os autores citam a relação do processo de pesquisa e construção do conhecimento com o objetivo de desenvolver uma ação de transformação, situação em que esta pesquisa se adéqua profundamente.

3.1. Diferenciação da pesquisa-ação

Além da participação ativa do autor a pesquisa-ação prevê o estímulo à contribuição dos atores sociais envolvidos na pesquisa, o que não necessariamente acontece em outras pesquisas tipo participante, podendo utilizar apenas a observação participante. Segundo Thiollent:

“a pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação.” (Thiollent; Michel, 2002, p.4).

A pesquisa-ação diferencia-se da pesquisa participativa por derivar, a partir de um estudo científico, uma ação a ser empreendida pelos participantes da pesquisa. Ainda de acordo com Thiollent:

“com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados” (Thiollent; Michel, 2009, p.18)

Thiollent (2009) ainda destaca ainda seis aspectos que caracterizam quando a pesquisa-ação deve ser adotada como estratégia metodológica em pesquisas sociais:

- a) há uma ampla explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

O autor também considera que no processo de pesquisa-ação podem ser encontradas características que não fazem parte dos processos de pesquisa convencionais e exemplifica: “Por exemplo, podemos captar informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação passiva” (THIOLLENT, 2009, p.26). O autor complementa afirmando que, como a pesquisa envolve as pessoas na resolução de seu próprio problema é possível alcançar maior profundidade e realismo ultrapassando o “nível opinativo ou representativo no qual se reproduzem apenas imagens individuais e estereotipadas” (THIOLLENT, 2009, p.26).

3.2. Objetivos da pesquisa-ação

Como se pode observar na descrição da definição da metodologia, a pesquisa-ação está totalmente relacionada à implementação de um plano de ação. Sendo assim, a utilização desta metodologia prevê dois tipos de objetivos: acadêmicos e práticos, que logicamente têm relação entre si.

O objetivo acadêmico é a produção de conhecimento, que não se limite a “oferecer uma “fotografia” numérica do que todo mundo já sabia” (Thiollent; Michel, 2009, p.45), ou seja, com base em uma ação transformadora que foi elaborada, empreendida e observada na pesquisa.

Segundo Thiollent (2009), é possível atingir os seguintes objetivos de geração de conhecimento utilizando a pesquisa-ação:

- a) A coleta de informações original sobre situações e atores em movimento.
- b) A concretização de conhecimentos teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas estudados.
- c) A comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal acerca da resolução de diversas categorias de problemas.
- d) A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas estudados e planejar ações que os solucionem ou minimizem.
- e) Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta da ação e suas condições de êxito.

- f) Generalizações estabelecidas com base em diversas pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores.

Os objetivos práticos devem ser desenvolvidos em conjunto com o grupo pesquisado e a partir dos problemas identificados e da eleição de prioridades, considerando é claro a capacidade de efetivá-los. Thiollent define os objetivos práticos assim: “...contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado com central na pesquisa, com levantamento de soluções e propostas de ações correspondentes às soluções para auxiliar o agente (ator) na sua atividade de transformação da situação.”

No presente trabalho, identificamos a adequação da metodologia por se tratar de um método no qual os objetivos são direcionados para a tomada de consciência dos agentes implicados no problema, além da resolução do problema. Thiollent corroborando essa adequação:

“Nesse caso, não se trata apenas de resolver um problema imediato e sim desenvolver a consciência da coletividade nos planos político e cultural a respeito dos problemas importantes que enfrenta,... O objetivo é tornar mais evidente aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados.” (THIOLLENT, 2009, p.21).

3.3. Processo de pesquisa-ação e suas fases

É complicado definir fases para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação, isto por sua característica cíclica, em que a todo momento se retoma uma etapa, reavalia-se em conjunto com o grupo pesquisado e adequa-se o processo. Segundo Thiollent:

“O planejamento de uma pesquisa-ação é muito flexível..., não segue uma série de fases rigidamente ordenadas. Há sempre um vaivém entre várias preocupações a serem adaptadas em função das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo de pesquisadores no seu relacionamento com a situação investigada.” (THIOLLENT, 2009, p.51).

Contudo, alguns autores como Gajardo (1982) e Le Boterf (1980) já começam a propor seqüências e fases bem definidas. Enquanto outros, como David Tripp (2005), sugerem que as fases de uma pesquisa-ação seguem invariavelmente as mesmas fases de qualquer outra pesquisa caracterizada como investigação-ação, conforme o diagrama da figura 15:

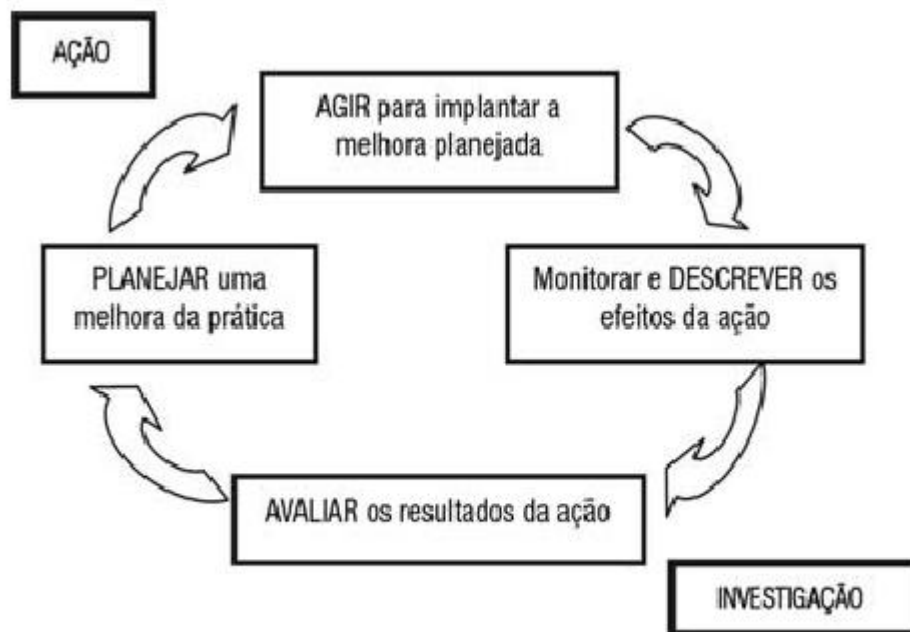


Figura 15: Representação das fases do ciclo básico de investigação-ação
Fonte: Tripp, 2005

Com o objetivo de facilitar o entendimento dos leitores e pesquisadores que tenham a pretensão de dar continuidade à pesquisa-ação em comunidades como o Borel, transcorreremos a seguir sobre a divisão de fases “em momentos desde a preparação do pesquisador até as técnicas de avaliação da pesquisa” como sugerido por Melo Neto (2009, p.3), inserindo e descrevendo os temas tratados por Thiollent (2009) na linha cronológica com destaque.

3.3.1. Preparação do pesquisador – fase exploratória

Esta é a fase em que o pesquisador inicia o processo de aproximação com a comunidade a ser estudada e passa a interagir com elementos da mesma. Neste momento, são feitos os primeiros contatos com grupos, instituições, ONGs, lideranças locais, presidentes de associações de moradores e representantes de diversos setores sociais, incluindo instâncias da prefeitura e do governo de estado, que atuam no território.

O pesquisador deve se preparar para conhecer a realidade da comunidade se informando através de jornais, buscando na internet como os elementos desta comunidade se mostram e divulgam o que acontece em sua comunidade, para além de dados oficiais sobre as atividades econômicas, sociais e culturais.

Em campo, o pesquisador deve observar como a comunidade apresenta seus problemas, o que pode acontecer em todo o tipo de reunião comunitária, desde reuniões em escolas a Fóruns formalmente institucionalizados. A coleta de dados se inicia a partir da escuta atenta, olhar curioso e observações sobre a vida cotidiana.

A sondagem de futuros participantes da pesquisa também se dá neste momento. È quando se mede a receptividade à pesquisa e sua proposta. Geralmente, são visitas e entrevistas que podem ser relatadas em pequenos informes para posterior devolução aos participantes da pesquisa.

Segundo Neto e Thiollent, o conhecimento da cultura da região é condição para o exercício metodológico da pesquisa-ação. Apenas após conhecer a comunidade a ser pesquisada o pesquisador deve iniciar o estudo para compreender como os pesquisados analisam sua própria realidade.

3.3.2. A interação do pesquisador e a comunidade

Nesta etapa, utilizando encontros e/ou reuniões com participantes daqueles grupos ou pessoas já contatadas, a comunidade deve ser posta a par da metodologia adotada e receber informações sobre os procedimentos e técnicas utilizadas na pesquisa. Com o sentido de obter apoio e engajamento do público pesquisado é importante demonstrar que o método utilizado pressupõe a devolução do conhecimento adquirido à comunidade.

3.3.3. Seminário

A realização de seminários é a técnica base para o desenvolvimento da pesquisa-ação. Os seminários reúnem todos os envolvidos na pesquisa incluindo o pesquisador, no papel de moderador e facilitador, o grupo pesquisado e especialistas no assunto em questão.

Neste ambiente aberto ao debate, a partir da interação entre os presentes chega-se as definições de tema, problemas, possíveis soluções, plano de ação e a formação de “grupos satélites” que executaram as atividades propostas e debatidas no seminário. Retomando Thiollent é possível compreender o importante papel desta ferramenta para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação:

“O seminário central reúne os principais membros da equipe de pesquisadores e membros significativos dos grupos implicados no problema sob observação. O papel do seminário consiste em examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação. O seminário desempenha também a função de coordenar as atividades dos grupos “satélites” (grupos de estudos especializados, grupos de observação, informantes, consultores e etc..)... O seminário centraliza todas as informações coletadas e discute as interpretações. Suas reuniões dão lugar a “atas” com informações reunidas, e dentro da perspectiva teórica adotada, o seminário elabora diretrizes da pesquisa (hipóteses) e diretrizes de ação submetidas à aprovação dos interessados, que serão testadas na prática dos atores considerados” (THIOLLENT, 2009, p.63).

Thiollent (2009) ainda indica algumas das principais tarefas do seminário:

1. Definição do tema e equacionamento dos problemas aos quais a pesquisa se dedicará.
2. Elaboração da problemática na qual serão abordados os problemas e as suas respectivas hipóteses.
3. Constituir e coordenar as atividades dos grupos de estudo e equipes de pesquisa.
4. Centralizar informações vindas de várias fontes e grupos.
5. Elaborar e interpretar as informações obtidas.
6. Buscar soluções e definir diretrizes de ação.
7. Acompanhar e avaliar as ações.
8. Divulgar os resultados nos canais adequados.

3.3.4. Definição do tema e colocação dos problemas

Como já foi mencionado anteriormente, na pesquisa-ação o tema é definido em conjunto com os participantes e deve originar problemas com soluções que possam ser desenvolvidas pelos envolvidos na pesquisa, além de ser do interesse do pesquisador e isto requer comprometimento entre as partes. Conforme definiu Thiollent:

“em geral o tema é escolhido em função de um certo tipo de compromisso entre pesquisadores e os elementos ativos da situação a ser investigada. Em certos casos, o tema é de antemão determinado pela natureza e pela urgência do problema encontrado na situação.” (THIOLLENT, 2009, p.56)

Os principais problemas são elencados pelos participantes da pesquisa e então “trata-se de definir uma problemática na qual o tema escolhido adquira sentido” ou seja, é realizado um recorte para que possa se observar o tema enquanto se empreende uma ação para solucionar esta problemática. Deste modo, é possível estudar os atores da situação em movimento.

Dentro de uma mesma problemática surgirão diversos problemas a serem solucionados e estes devem ser colocados em ordem prática para que se procurem soluções para alcançar o objetivo de transformação da situação estudada. Thiollent (2009) sugere que os problemas sejam colocados das seguinte forma:

- a) Análise e delimitação da situação inicial;
- b) delineamento da situação a que se quer chegar, levando em conta também a factibilidade;
- c) identificação de todos os problemas de modo a possibilitar a transformação da situação inicial para a situação desejada;
- d) planejamento de ações correspondentes;
- e) execução e avaliação das ações.

3.3.5. Desenvolvimento do plano de ação

Uma vez identificados os problemas e objetivos da pesquisa-ação é necessário elaborar um plano de ação que busque solucioná-los. Isto também se dá no ambiente do seminário. Segundo Thiollent (2009), para corresponder aos seus objetivos, a pesquisa-ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação e o autor ainda sugere em que deve consistir a elaboração desse plano:

- a) Quem são os atores ou as unidades de intervenção?
- b) Como os atores e as instituições se relacionam: convergência, atritos, conflitos?
- c) Quem toma as decisões?
- d) Quais são os objetivos (ou metas) tangíveis da ação e os critérios de avaliação?
- e) Como assegurar a continuidade das ações implementadas, apesar das dificuldades.
- f) Como garantir e incentivar a participação da população e incorporar suas sugestões?
- g) Como controlar todo o processo e avaliar os resultados atingidos?

3.3.6. Delimitação do campo de observação empírica

A delimitação do campo de observação empírico pode se dar geograficamente concentrada (por exemplo: favelas) ou espalhadas ou ainda por quadro de atuação (por exemplo: universidades). Segundo Thiollent (2009), quando o tamanho da delimitação é muito vasto considera-se a possibilidade de utilização de amostras ou de representatividade da população pesquisa.

A valorização de critérios de representatividade qualitativa dos grupos estudados se dá por critérios quantitativos (amostragem estatisticamente controlada) e qualitativos (interpretativa ou argumentativamente controlados). As amostras intencionais são formadas por um pequeno grupo de pessoas que são escolhidas intencionalmente por sua relevância no assunto estudado e por sua representatividade social dentro da situação considerada. Este é caso deste estudo.

3.3.7. Coleta de dados

A coleta de dados acontece sob supervisão do seminário. As principais técnicas utilizadas são as entrevistas coletivas e individuais aplicadas em profundidade, sendo também utilizáveis os questionários convencionais com o objetivo de obter dados em maior escala.

Segundo Thiollent (2009), nem sempre são aplicados questionários codificados, principalmente quando a população estudada é pequena e é possível obter informações de modo coletivo. A concepção de roteiros de entrevistas deve dar relevância aos aspectos explicativos “As explicações consistem em sugerir comparações ou outros tipos de raciocínios não conclusivos que permitam aos respondentes uma reflexão individual ou coletiva a respeito dos fatos observados e cuja interpretação objeto de questionamento.” (Thiollent. 2009. p.70). Contudo, o autor pondera, quando a população é ampla e o objetivo da descrição e da análise da informação é bem definido, é imprescindível a utilização do questionário.

3.3.8. Sistematização das informações, análise e Interpretação dos dados

Segundo Melo Neto, as informações são sistematizadas “com finalidade de oferecê-los à reflexão dos grupos.” Thiollent (2009) corrobora afirmando que todas as informações coletadas são transferidas ao seminário central, onde são dicitadas, analisadas, interpretadas e etc. Melo Neto defende que:

“busca-se, nesta fase, desenvolver a análise crítica das necessidades e outros aspectos coletados, extraindo-se as dimensões positivas e negativas das questões levantadas, encarando a realidade numa perspectiva de mudança, impulsionando os grupos à reflexão e à ação, desenvolvendo seu poder de organização e intervenção na realidade. O estímulo à reflexão e ao diálogo é o princípio fundamental em todo esse processo. (MELO NETO. 2009. p.5)

É o momento em que há grande interação entre o saber formal e informal envolvidos na pesquisa e quando podemos associar a capacidade de aprendizagem ao processo de investigação. A troca entre pesquisadores, especialistas e pesquisados origina a produção de conhecimento a partir dos dados analisados. Conforme Thiollent ratifica, citando O. Ortsman (1978):

“ o papel dos especialistas que intervêm consiste em facilitar a aprendizagem dos participantes de diferentes maneiras: pela restituição de informação, pelos modos de discussão que conseguem promover, pelas modalidades de formação propostas e pelas negociações que estabelecem para evitar que certas partes implicadas na situação não sejam eliminadas da discussão”
(O. Ortsman (1978: 233) apud Thiollent, 2009. p.72)

3.3.9. Avaliação

Por se tratar de uma pesquisa que objetiva a transformação de uma situação “a avaliação deve estar presente no decorrer de todas as etapas do processo, desde os contatos iniciais até o final das atividades”, segundo Melo Neto (2009).

Para Thiollent (2009) essa avaliação se dá pela passagem da situação inicial à situação desejada na fase inicial da pesquisa-ação.